

PARTES DO PROCESSO

AUTOR

PORTE É AQUELE QUE PÕE DE EM JUÍZO UMA DETERMINADA FORMA DE TUTELA JURÍDICA E AQUELA CONTRA O QUAL UMA FORMA DE TUTELA É PEDIDA

RÉU

PARTES EM SENTIDO MATERIAL

- A IDENTIDADE DAS PARTES É AFERIDA PELA QUALIDADE JURÍDICA DO TERCEIROS. OS TERCEIROS PERANTE O PROCESSO TÊM A MESMA QUALIDADE JURÍDICA DE QUALQUER DAS PARTES

TERCEIROS? (3 GRUPOS)

- OS QUE TÊM A MESMA QUALIDADE JURÍDICA DO AUTOR OU DO RÉU
- OS QUE TÊM UMA RELAÇÃO COM O OBJETO DO PROCESSO
- OS QUE NÃO TÊM A MESMA QUALIDADE JURÍDICA NEM RELAÇÃO COM O OBJETO DO PROCESSO

TERCEIROS LEGITIMADOS

- O TERCEIRO QUE TIVER UMA RELAÇÃO COM O OBJETO DO PROCESSO, SÃO TERCEIROS LEGÍTIMA DOS POR TEREM LEGITIMIDADE PARA SEREM PARTES NA CAUSA

TERCEIROS NÃO LEGITIMADOS

- O TERCEIRO PODE SER TERCEIRO, SIMULTANEAMENTE, PERANTE O PROCESSO E PERANTE O OBJETO DO PROCESSO. NÃO TÊM LEGITIMIDADE PARA SER PARTES NA CAUSA



EM REGRA, AS PARTES SÃO PESSOAS OU ENTIDADES DETERMINADAS, CONTUDO, EXISTEM CASOS EM QUE A LEI PERMITE QUE A AÇÃO POSSA SER PROPOSTA CONTRA INCERTOS SE NÃO OS FOR POSSÍVEL IDENTIFICAR

A IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES ESTÁ, PELO MENOS INICIALMENTE, NA DISPONIBILIDADE DO AUTOR/AUTORES. ELE/ELES FORMULAM O PEDIDO E INDICAM CONTRA QUEM OS QUEREM FORMULAR

- E SE A AÇÃO FOR PROPOSTA CONTRA QUEM NÃO EXISTE (SOCIEDADE COMERCIAL QUE JÁ NÃO EXISTE/PESSOA FALECIDA)?

INEXISTÊNCIA DO AUTOR

INSUSCETIBILIDADE DE SER PARTE E, ENTÃO, FALTA DE PERSONALIDADE JUDICIÁRIA (11/1)

INEXISTÊNCIA DO RÉU

IMPLICA A FALTA DE PERSONALIDADE JUDICIÁRIA E A FALTA DE CITAÇÃO DA PARTE (188/1/D)), QUE É UMA NULIDADE PROCESSUAL DE CONHECIMENTO OFICIOSO (196 E 187/A))

EXISTINDO UMA DUALIDADE DAS PARTES (UMA OU MAIS PARTES ATIVAS E UMA OU MAIS PASSIVAS) DECORRE A PROIBIÇÃO DOS PROCESSOS CONSIGO MESMO. A INOBSERVÂNCIA DA DUALIDADE DAS PARTES IMPLICA A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PROCESSO

ORIGINÁRIA, QUE SE VERIFICA DESDE O INÍCIO DA CAUSA

SUPERVENIENTE QUE SE SOBREVÉM EM MOMENTO POSTERIOR

ESPÉCIES DAS PARTES:

- PARTES PRINCIPAIS – NOÇÃO FORMULADA DE PARTE
- PARTES ACESSÓRIAS – TITULARES DE INTERESSES CONEXOS COM OS INTERESSES EM CAUSA E QUE, POR ISSO, PODEM AUXILIAR AS PARTES PRINCIPAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO: PODE INTERVIR COMO PARTE ACESSÓRIA OU PRINCIPAL

QUANDO REPRESENTA O ESTADO, REGIÕES AUTÓNOMAS, AUTARQUIAS, INCAPAZES, INCERTOS E AUSENTES. QUANDO ASSUME A DEFESA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS E INTERESSES DAS CRIANÇAS, IDOSOS, ADULTOS COM CAPACIDADE LIMITADA E PESSOAS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS.

NÃO SE JUSTIFICANDO A SUA PRESENÇA COMO PARTE PRINCIPAL, SEJAM INTERESSAS NA CAUSA AS REGIÕES AUTÓNOMAS, AS AUTARQUIAS LOCAIS, OUTRAS PESSOAS COLETIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA, INCAPAZES, AUSENTES E QUANDO A AÇÃO VISE A REALIZAÇÃO DE INTERESSES COLETIVOS

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS – PARA APRECIAR O MÉRITO DE CAUSA, A LEI EXIGIR QUE AS PARTES APRESENTE UM CERTO NÚMERO DE CARACTERÍSTICAS QUE FUNCIONAM COMO PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS:

- PERSONALIDADE JUDICIÁRIA
- SUJEIÇÃO À JURISDIÇÃO PORTUGUESA
- CAPACIDADE JUDICIÁRIA
- PATRIMÓNIO JUDICIÁRIO OBRIGATÓRIO
- LEGITIMIDADE
- INTERESSE PROCESSUAL (OU EM AGIR)

PERSONALIDADE JUDICIÁRIA – SUSCETIBILIDADE DE SER PARTE (11/1)

- SÓ PRODUZ EFEITOS DENTRO DO PROCESSO, DÁ EXISTIREM ENTIDADE DOTADAS DE PERSONALIDADE JUDICIÁRIA, MAS NÃO PERSONALIDADE JURÍDICA (12 E 13)
- TODA A PESSOA JURÍDICA TEM PERSONALIDADE JUDICIÁRIA (11/2) – SÓ QUE TEM PERSONALIDADE JURÍDICA, TEM JUDICIÁRIA – EXCEÇÃO 12 (CRITÉRIO DA DIFERENCIAÇÃO PATRIMONIAL) E 13 (CRITÉRIO DA AFETAÇÃO DO ATO)

CRITÉRIO DA DIFERENCIAÇÃO PATRIMONIAL (12): ATRIBUI PJ A VÁRIOS PATRIMÓNIO AUTÓNOMOS

CRITÉRIO DE AFETAÇÃO DO ATO (13): A ATRIBUIÇÃO DE PJ A ESTAS ENTIDADES VISA FACILITAR A TUTELA DOS INTERESSES DO DEMANDANTE, PELO QUE NADA IMPEDE QUE ESTA PARTE ESCOLHA PROPOR A AÇÃO CONTRA A PRÓPRIA SOCIEDADE

(AINDA DENTRO DA PERSONALIDADE JUDICIÁRIA)

CONSEQUÊNCIAS DA FALTA

- EM REGRA, A FALTA DE PERSONALIDADE JUDICIÁRIA **NÃO É SANÁVEL** – TODAVIA O 14 ADMITE UMA EXCEÇÃO, **MEDIANTE: (1) INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PRINCIPAL, (2) RATIFICAÇÃO OU REPETIÇÃO DO PROCESSO: SUCURSAIS, AGÊNCIAS, FILIAIS, DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**
- **FALTA DE PJ NA PARTE ATIVA** – ADMINISTRAÇÃO PRINCIPAL RATIFIQUE OU REPITA O PROCESSO. SE ASSIM NÃO SE SUCEDER, FALTA UM PRESSUPOSTO PROCESSUAL
- **FALTA DE PJ NA PARTE PASSIVA** – NÃO SE EXIGE O QUE SE EXIGE PARA A PARTE ATIVA, POIS UM PROCESSO PODE MANTER-SE SEM A CONTESTAÇÃO DO RÉU. SE TAL SE SUCEDER, FALTA UM PRESSUPOSTO DE ATOS PROCESSUAIS, O QUE NÃO INQUINA TODO O PROCESSO

SANACÃO DO VÍCIO: PERSISTINDO ESTE, SE LANÇOU MÃO DE UM REMÉDIO PERMITIDO POR LEI PARA POSSIBILITAR A MARCHA DO PROCESSO **✳ CESSÃO DA CAUSA DO VÍCIO**

- **SUBSISTINDO O VÍCIO** E SE MANIFESTAR LOGO NA PETIÇÃO INICIAL, A FALTA DE PJ DEVE, QUANDO HAJA DESPACHO LIMINAR (226/4), SER OBJETO DE INDEFERIMENTO LIMINAR (590/1, 577/c) E 578). SE NÃO FOR, O RÉU É ABSOLVIDO NA INSTÂNCIA

REGIMES ESPECIAIS:

- NA SITUAÇÃO EM QUE SE INSTAURAR UM PROCESSO CONTRA UMA PARTE FALECIDA, QUE CARECE DE PERSONALIDADE JUDICIÁRIA, O 351/2 REFERE QUE O VÍCIO É SANÁVEL PELA HABILITAÇÃO DE SUCESSORES
- O 162/1 REFERE QUE AS AÇÕES EM QUE UMA SOCIEDADE ENTRETANTO LIQUIDADA SEJA PARTEM CONTINUAM APÓS A SUA EXTINÇÃO, CONSIDERANDO QUE AQUELA SUBSTITUÍDA PELA GENERALIDADE DOS SÓCIOS, REPRESENTADOS PELOS LIQUIDÁRIOS. ESTA SUBSTITUIÇÃO NÃO IMPLICA A SUSPENSÃO DA INSTÂNCIA E NÃO REQUER A HABILITAÇÃO DAQUELES SÓCIOS (162/2 CSC)
- A JURISPRUDÊNCIA ACEITA A SANACÃO DA FALTA DE PJ ATIVA EM CASOS EM QUE A MESMA PODE SER SANADA ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO DOS INTERESSADOS EM SUBSTITUIÇÃO DA ENTIDADE DESPROVIDA DESSA PERSONALIDADE. P.E.: A FALTA DE PJ DA HERANÇA INDIVISA (ACEITE MAS NÃO PARTILHADA) PODE SER SANADA ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO NA AÇÃO DE TODOS OS HERDEIROS

CAPACIDADE JUDICIÁRIA (15/1)

– SUSCETIBILIDADE DE A PESSOA POR SI, PESSOAL E LIVREMENTE, DECIDIR SOBRE A ORIENTAÇÃO DA DEFESA DOS SEUS INTERESSES EM JUÍZO, EM ASPETOS QUE NÃO SÃO DE MERA TÉCNICA JURÍDICA + CAPACIDADE DE EXERCÍCIO DE DEVERES E DIREITOS PROCESSUAIS

JURÍDICA OU NATURALMENTE ORGANIZADA

- A CAPACIDADE JURÍDICA DAS PESSOAS COLETIVAS É JURIDICAMENTE ORGANIZADA, DADO QUE RESULTA DE ÓRGÃOS ATRAVÉS DOS QUAIS ELAS ESTÃO, POR SI, EM JUÍZO – **REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA**
- A CAPACIDADE DAS PESSOAS SINGULARES É NATURAL. ELAS TÊM CAPACIDADE QUANDO PODEREM ESTAR POR SI EM JUÍZO – **REPRESENTAÇÃO LEGAL**

PESSOAS JUDICIÁRIAS (26 CPC)

- **PATRIMÓNIO AUTÓNOMO** – SÃO REPRESENTADOS PELOS SEUS ADMINISTRADORES (2047, 2048 E 2079 CC)
- **HERANÇA JACENTE** – O ADMINISTRADOR É UM SUBSTITUTO PROCESSUAL DO CONDOMÍNIO
- **SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES CAREÇAM DE PJ, BEM COMO SUCURSAIS, AGÊNCIAS, FILIAIS OU DELEGAÇÕES SÃO REPRESENTADOS PELOS DIRETORES, GERENTES E ADMINISTRADORES (195/1 E 163/1 CC)**

REPRESENTAÇÃO ORGÂNICA

- **PESSOAS COLETIVAS STRICTO SENSU (163/1 CC)**, A SUA REPRESENTAÇÃO CABE A QUEM OS ESTATUTOS DETERMINAR. NA SUA FALTA, A ADMINISTRAÇÃO OU QUEM ESTA DESIGNAR
- **SOCIEDADES EM NOME COLETIVO E SOCIEDADE POR QUOTAS SÃO REPRESENTADAS PELOS GERENTES (192/1 E 252/1 CSC) E AS SOCIEDADES ANÓNIMAS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (405/2 E 408/1 CSC)**

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL

- QUANDO A PESSOA COLETIVA OU SOCIEDADE NÃO TIVER REPRESENTANTE OU QUANDO FOR COM O REPRESENTANTE QUE SURJA O LITÍGIO, APLICA-SE O 25/2 E 3 CPC

REPRESENTAÇÃO LEGAL

- **PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE** – AQUILO QUE SE NÃO PODE FAZER POR VONTADE DAS PARTES ATRAVÉS DO NJ, NÃO SE PODE SE FOREM ATRAVÉS DO PROCESSO
- O 15/2 ENTENDE QUE SEMPRE QUE UM DOS EFEITOS POSSÍVEIS DA AÇÃO SEJA UM EFEITO QUE A PESSOA NÃO PODE PRODUZIR POR SI, PESSOAL E LIVREMENTE, PARA ESSA AÇÃO A PESSOA É INCAPAZ
 - **CAPACIDADE JUDICIÁRIA ATIVA** – PROPOR AÇÕES
 - **CAPACIDADE JUDICIÁRIA PASSIVA** – ESTAR EM JUÍZO COMO RÉU
- **PARTE ATIVA** – SE CERTA PESSOA NÃO PODE DISPOR DE UM BEM SENÃO REPRESENTADA OU AUTORIZADA; NÃO PODERÁ PÔR EM JOGO A TITULARIDADE DESSE BEM ATRAVÉS DA PROPOSITADA DE UMA AÇÃO SENÃO REPRESENTADA
 - **REGRAS DA REPRESENTAÇÃO:** QUEM NÃO POSSA CELEBRAR UM NJ SEM SER POR INTERMÉDIO DE REPRESENTANTE LEGAL, TAMBÉM NÃO PODE PROPOR AÇÕES SENÃO ATRAVÉS DO REPRESENTANTE LEGAL (16/1)
 - **REGRAS DE AUTORIZAÇÃO:** SE CERTA PESSOA (P.E.: MAIOR ACOMPANHADO) PODE PRATICAR CERTO ATO PESSOAL, MAS NÃO LIVREMENTE, CARECENDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PRÁTICA DE DETERMINADOS ATOS (145/2/b)), PARA PROPOR UMA AÇÃO CARECE DE AUTORIZAÇÃO. É NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO PARA PROPOR A AÇÃO, MAS NÃO PARA O RESTANTE, COM EXCEÇÃO DA DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE TRANSAÇÃO
 - **PARTE PASSIVA** – SE A LEI IMPUSER UM REGIME DE REPRESENTAÇÃO, O MAIOR OU MENOR ACOMPANHADO SERÁ IGUALMENTE REPRESENTADO (16/1)
 - **MOVIDA UMA AÇÃO CONTRA UM MAIOR ACOMPANHADO QUANTO A ATOS SUJEITOS A AUTORIZAÇÃO (145/2/b) CC)**, O ACOMPANHADO PODE ESTAR POR SI PESSOAL E LIVREMENTE EM JUÍZO COMO RÉU
 - **MOVIDA UMA AÇÃO CONTRA MENOR OU MAIOR ACOMPANHADO SUJEITO A REPRESENTAÇÃO, ELE DEVE SER REPRESENTADO PELO REPRESENTANTE LEGAL (16/1)**

MENORES

É MENOR QUEM NÃO TENHA COMPLETADO 18 ANOS DE IDADE (122 CC). OS MENORES, EM PRINCÍPIO, CARECEM DE CAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS (123) PELO QUE, NOS TERMOS DO 16/2, CARECEM DE CAPACIDADE JUDICIÁRIA. SUPRIDA PELO EXERCÍCIO DE RESPONSABILIDADE PARENTAIS E, SUBSIDIARIAMENTE, PELA TUTELA (124) E, EM ALGUNS CASOS, A ADMINISTRAÇÃO DE BENS.

REPRESENTAÇÃO DO MENOR (PODERES PATERNAIS, TUTOR, ADMINISTRAÇÃO DE BENS)

- O MENOR NÃO PODE ESTAR EM JUÍZO POR SI, MAS, EM REGRA, SÓ POR INTERMÉDIO DOS BENS
- RESPONSABILIDADE RESPEITA A AMBOS (190/1 CC, 16/2 E 3 CPC). AMBOS TÊM DE ASSINAR AS PEÇAS PROCESSUAIS
- DESACORDO – 18 CPC

MAIORES ACOMPANHADOS

QUANTO À PROPOSITADA DE UMA AÇÃO:

- MAIOR ACOMPANHADO SUJEITO A REPRESENTAÇÃO OU À ADMINISTRAÇÃO DE BENS (145/2/B) E C)), DEVE SER REPRESENTADO NA AÇÃO PELO ACOMPANHAMENTO (16/1)
- AÇÃO CONTRA ATOS SUJEITOS A AUTORIZAÇÃO (145/2/D)), O ACOMPANHADO PODE ESTAR POR SI PESSOAL E LIVREMENTE EM JUÍZO, EMBORA NECESSITE DE AUTORIZAÇÃO DO ACOMPANHANTE (19/1)
- QUANTO À PROPOSITADA DE UMA AÇÃO CONTRA MAIOR ACOMPANHADO:
 - SUJEITO A REPRESENTAÇÃO OU ADMINISTRAÇÃO DE BENS, DEVE SER REPRESENTADO NA AÇÃO PELO ACOMPANHANTE (16/1). NADA SE IMPÕE QUANTO À CITAÇÃO DO MAIOR ACOMPANHADO (19/1 A CONTRÁRIO)
 - ATOS SUJEITOS A AUTORIZAÇÃO DO ACOMPANHANTE, O ACOMPANHADO PODE ESTAR POR SI PESSOAL E LIVREMENTE EM JUÍZO E DEVE SER CITADO PARA A AÇÃO (19/1)
- SE A PESSOA É CAPAZ NO MOMENTO EM QUE SE PROPÕE A AÇÃO E SE TORNAR INCAPAZ NO DECORRER DO PROCESSO, NÃO CARECE DE AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIR
- SE SE TORNAR INCAPAZ EM TERMOS DE REPRESENTAÇÃO, TORNA-SE NECESSÁRIO

CURADOR

- EXCECIONALEMTE, DEPENDENDO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, A REPRESENTAÇÃO DO INCAPAZ CABE AO CURADOR PROVISÓRIO (CESSA FUNÇÃO LOGO QUE O INCAPAZ TENHA REPRESENTANTE) OU ESPECIAL. NAS SEGUINTE SITUACÕES:
 - 17/1, NUMA AÇÃO URGENTE, O INCAPAZ NÃO TEM REPRESENTAÇÃO LEGAL
 - ESTAREM EM CAUSA CONFLITOS DE INTERESSES DO INCAPAZ COM O REPRESENTANTE LEGAL (17/3)
 - CONFLITO DE INTERESSES DE VÁRIOS INCAPAZES REPRESENTADOS PELO MESMO REPRESENTANTE LEGAL
- INCAPACIDADE STRICTU SENSU – O INCAPAZ CARECE DE REPRESENTAÇÃO. ESTÁ POR SI EM JUÍZO, CONTRA O ESTABELECIDO NO 16/1
- INCAPACIDADE ATIVA – O INCAPAZ OU PESSOA COLETIVA ESTÁ REPRESENTADA POR PESSOA DIFERENTE DAQUELA A QUEM COMPETE O REPRESENTADO
- INCAPACIDADE PASSIVA – CARECE O REPRESENTANTE DE UMA AUTORIZAÇÃO, DELIBERAÇÃO OU CONSENTIMENTO ALHEIO OU DO SEU SUPRIMENTO JUDICIAL
 - QUALQUER DESTES VÍCIOS SÓ PRODUZ EFEITOS SE NÃO FOR SANADO (278/2)

INCAPACIDADE SANADA
TRÊS ESPÉCIES DE VÍCIOS (27 A 29)

INCAPACIDADE JUDICIÁRIA

- PRESSUPOSTO PROCESSUAL + PRESSUPOSTO DE ATOS PROCESSUAIS
- PRESSUPOSTO PROCESSUAL – SE O AUTOR PROPOSER UMA AÇÃO, POR SI SÓ, SENDO MENOR OU MAIOR ACOMPANHADO SEM TIVER OBTIDO AUTORIZAÇÃO DO ACOMPANHANTE. ESTA INCAPACIDADE FERE A PRÓPRIA PARTE SE ESTA NÃO FOR SANADA CONDUZ À ABSOLVIÇÃO DO RÉU DA INSTÂNCIA
- PRESSUPOSTO DE ATOS PROCESSUAIS – A INCAPACIDADE ATINGE, NÃO A PARTE, MAS UMA EXTENSÃO DA SUA ATUAÇÃO. ASSIM, O AUTOR INCAPAZ PROPÕE A AÇÃO EM JUÍZO POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, MAS APRESENTA-SE A REPLICAR POR SI. NESTE EXEMPLO, TUDO SE PASSA COMO SE O AUTOR NÃO HOUVESSE REPLICADO OU NÃO HOUVESSE OCORRIDO (27/2) FICA SEM EFEITO TODO O PROCESSO INDEVIDAMENTE DEPOIS DO MOMENTO EM QUE A FALTA SE DEU OU A IRREGULARIDADE FOI COMETIDA

CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE:

- SUPONHAMOS QUE O MENOR PROPÕE UMA AÇÃO E QUE, ANTES DO VÍCIO PRODUIR EFEITOS ATINGE A MAIORIDADE, OU QUE A PROPOSTA É INVENTADA CONTRA O MENOR, MAS ANTES DO VÍCIO PRODUIR EFEITOS ATINGE A MAIORIDADE. DADO QUE O EX-MENOR PODE PEDIR A ANULAÇÃO DOS ATOS QUE PRATICOU ENQUANTO MENOR (125/1/B)), ENTENDE-SE QUE O EX-INCAPAZ DEVE SER NOTIFICADO PARA TOMAR UMA ATITUDE CABERIA AO SEU REPRESENTANTE (28/2)

PATROCÍNIO JUDICIÁRIO OBRIGATÓRIO

- REPRESENTAÇÃO DAS PARTES POR PROFISSIONAIS DE FORA (ADVOGADOS, SOLICITADORES) NA CONDUÇÃO E ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA DO PROCESSO MEDIANTE A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS (20/2 CRP E 26/2 LOSJ)
- PODERES DE REPRESENTAÇÃO NO TRIBUNAL DESIGNA-SE PODERES FORENSES. A VIOLAÇÃO DOS DEVERES PROFISSIONAIS IMPORTA A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL POR VIOLAÇÃO DO MANDATO JUDICIAL

PATROCÍNIO OBRIGATÓRIO: O 40/1 DETERMINA AS SITUAÇÕES

EM QUE A CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO É OBRIGATÓRIO

A) NAS CAUSAS COM VALOR SUPERIOR A 5000€

B) NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO 629/3/A)

C) RECURSOS E CAUSAS PROPOSTAS NOS TRIBUNAIS

SUPERIORES

PATROCÍNIO NÃO OBRIGATÓRIO: 42

VÍCIO DO PATROCÍNIO:

41 – NÃO HAVER ADVOGADO CONSTITUÍDO NO PATROCÍNIO

OBRIGATÓRIO

48 – FALTA, INSUFICIÊNCIA OU IRREGULARIDADE DO MANDATO JUDICIAL QUANDO O MANDATO SEJA MERAMENTE APARENTE (O MANDATO NÃO FOI VALIDAMENTE CONFERIDO)

≠

27 – O MANDATO É INVÁLIDO PELA FALTA DE PODERES DE REPRESENTAÇÃO DE QUEM O CONCEDEU EM NOME DA PARTE DA REPRESENTADA

- O 41 E O 48 PERMITEM QUE O RÉU INVOQUE A FALTA DE CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO PELO AUTOR E A FALTA, INSUFICIÊNCIA. A RAZÃO DE TAL É QUE SÓ APÓS A SANAÇÃO DAQUELES VÍCIOS O DEMANDADO PODE VIR A OBTER UMA DECISÃO DE IMPRUDÊNCIA

EFEITOS DOS VÍCIOS QUANDO NÃO SANADOS:

41 – O JUIZ DEVE ORDENAR A NOTIFICAÇÃO TANTO DA PARTE PARA CONSTITUIR MANDATÁRIO, COMO DA PARTE E DO MANDATÁRIO APARENTE PARA SANAR A FALTA OU CORRIGIR O VÍCIO – **48/2**

- SE O VÍCIO NÃO FOR SANADO, O RÉU É ABSOLVIDO DA INSTÂNCIA

EFEITOS:

- EXTENSÃO À PARTE SUBSTITUÍDA DO CASO JULGADO FORMADO NA AÇÃO EM QUE INTERVÉM O SUBSTITUTO
- IMPLICA UM REGIME ESPECIAL NA HIPÓTESE DE FALECIMENTO DO SUBSTITUTO. PERANTE A SUA MORTE, DEVE HABILITAR-SE A OCUPAR A SUA POSIÇÃO COMO PARTE, A PARTE SUBSTITUÍDA

LEGITIMIDADE SINGULAR

DEFINE QUEM PODE EXERCER E CONTRA QUEM PODE SER EXERCIDO O DIREITO DE AÇÃO ≠ PLURALIDADE DAS PARTES

A LEGITIMIDADE **DESTINA-SE** A ASSEGURAR QUE ESTÃO EM JUÍZO, COMO AUTOR E RÉU, SUJEITOS QUE TÊM UMA RELAÇÃO COM ESSE OBJETO

LEGITIMIDADE DIRETA

É RECONHECIDA AO (ALEGADO) TITULAR DA SITUAÇÃO SUBJETIVA E A ALGUÉM QUE TEM INTERESSE EM DISCUTIR COM ELE A TITULARIDADE DESSA SITUAÇÃO. VISA ASSEGURAR QUE ESTÃO EM JUÍZO OS SUJEITOS TITULARES DA SITUAÇÃO SUBJETIVA LITIGIOSA

- EM REGRA, QUEM É O ALEGADO TITULAR DO OBJETO DO PROCESSO TEM LEGITIMIDADE PROCESSUAL. APENAS EM CASOS EXCEPCIONAIS O ALEGADO TITULAR DO OBJETO NÃO TEM LEGITIMIDADE PROCESSUAL
- EM REGRA, QUEM NÃO É ALEGADO TITULAR DO OBJETO NÃO TEM LEGITIMIDADE, SÓ EM CASOS EXCEPCIONAIS QUE NÃO É ALEGADO TITULAR TEM LEGITIMIDADE

LEGITIMIDADE INDIRETA OU SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

É CONCEDIDA A ALGUÉM QUE SE SUBSTITUI AO (ALEGADO) TITULAR DO OBJETO DO PROCESSO. VISA DEFINIR AS CONDIÇÕES EM QUE UM SUJEITO QUE NÃO É TITULAR DA SITUAÇÃO SUBJETIVA PODE LITIGAR EM NOME PRÓPRIO, SOBRE ESTA

- ASSENTA NUMA REGRA QUE IMPÕE OU PERMITE A SUBSTITUIÇÃO TUTELAR DO DIREITO, OU NUMA REGRA QUE PERMITE CONVENÇÃO DE PARTES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL VOLUNTÁRIA

- **≠** SUBSTITUIÇÃO REPRESENTATIVA – SUBSTITUTO PROCESSUAL DEFENDE, PRIMORDIALMENTE, INTERESSES ALHEIOS

LEGITIMIDADE INDIRETA OU SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

VERIFICA-SE NAS SITUAÇÕES EM QUE A PARTE LEGITIMADA NÃO É TITULAR DO OBJETO DO PROCESSO – ALGUÉM FAZ VALER EM JUÍZO UM DIREITO ALHEIO (30/3)

- SUBSTITUIÇÃO LEGAL = 263/1, 356/1/A), 542/2/b) — PERMITE-SE QUE A CONTRAPARTE ALEGUE QUE O SUBSTITUTO AGIU COMO LITIGANTE DE MÁ-FÉ, TENDO UTILIZADO MECANISMOS PROCESSUAIS PARA FAZER UM USO MANIFESTAMENTE REPROVÁVEL DO PROCESSO
- SUBSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA = QUANDO TEM FUNDAMENTO UM ATO DE CARÁTER NEGOCIAL. SÓ SE PODE VERIFICAR QUANTO À PORTE ATIVA, DADO QUE NÃO SE PODE PREJUDICAR A CONTRAPARTE
- SE A SUBSTITUIÇÃO VOLUNTÁRIA FOR REVOGADA DURANTE A PENDÊNCIA NA CAUSA, HABILITA-SE ESTA PARTE (ANALOGIA DO 356/1)

→ SUBSTITUIÇÃO PRÓPRIA – SUBSTITUTO PROCESSUAL ESTÁ EM JUÍZO SEM A PRESENÇA SIMULTÂNEA DO TITULAR DO DIREITO LITIGIOSO

→ SUBSTITUIÇÃO NÃO REPRESENTATIVA – SUBSTITUTO PROCESSUAL AGE NA DEFESA, AINDA QUE NÃO EXCLUSIVO, DE INTERESSES PRÓPRIOS

LEGITIMIDADE DIRETA ≠ INDIRETA QUE ASSENTA NUM NJ — É APRECIADO EM FUNÇÃO DE DOIS ELEMENTOS: (1) INTERESSE EM DEMANDAR E CONTRADIZER; (2) PODER DE PRODUÇÃO

- **INTERESSE EM DEMANDAR E CONTRADIZER:** O INTERESSE DA PARTE NA DETENÇÃO DE UMA TUTELA FAVORÁVEL ATRAVÉS DE UMA DECISÃO DE PROCEDÊNCIA OU DE IMPRUDÊNCIA. O TITULAR DE UM DIREITO VIOLADO OU DE UMA SITUAÇÃO DE INCERTEZA É, EM PRIMEIRA LINHA, O INTERESSADO EM DEMANDAR. A COINCIDÊNCIA ENTRE TITULAR DO DIREITO SUBJETIVO E DO INTERESSE EM DEMANDAR OU CONTRADIZER É O CRITÉRIO DO 30/1.
- ESTES INTERESSES SÃO INDEPENDENTES ENTRE SI, PORQUE CADA UMA DAS PARTES POSSUI UM INTERESSE PRÓPRIO. OS INTERESSES SÃO AFERIDOS SEPARADAMENTE PARA CADA UMA DAS PARTES NA AÇÃO

30/1 - TEM INTERESSE EM DEMANDAR E CONTRADIZER QUEM FOR O TITULAR ATIVO E PASSIVO DO OBJETO DO PROCESSO

30/2 - OS INTERESSES EM DEMANDAR E EM CONTRADIZER SÃO AFERIDOS PELA UTILIDADE OU PELO PREJUÍZO QUE UMA DECISÃO DE PROCEDÊNCIA IMPORTA PARA A PARTE ATIVA E PASSIVA, RESPECTIVAMENTE

PODER DE PRODUÇÃO - É INDISPENSÁVEL QUE A PARTE POSSA PRODUZIR TODOS OS EFEITOS MATERIAIS QUE PODEM RESULTAR DE DECISÃO DE PROCEDÊNCIA OU DE IMPROCEDÊNCIA

- A LEGITIMIDADE TEM DE SER AFERIDA NÃO APENAS PELO INTERESSE EM DEMANDAR E CONTRADIZER, MAS SEMPRE QUE A AÇÃO INCIDA SOBRE UM DIREITO QUE ESTÁ NA DISPONIBILIDADE DO SEU TITULAR

LEGITIMIDADE ATIVA

- PROCEDÊNCIA DA AÇÃO** - TEM UM EFEITO SEMELHANTE À AQUISIÇÃO DO DIREITO LITIGIOSO
- IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO** - REALIZA PARA A PARTE UM EFEITO EQUIVALENTE À DISPOSIÇÃO DESSA DECISÃO

LEGITIMIDADE PASSIVA

- IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO** - IMPORTA UM EFEITO LIBERATÓRIO, PORQUE NÃO É ATINGIDO NA SUA ESFERA JURÍDICA POR QUALQUER OBRIGAÇÃO OU OPERAÇÃO
- PROCEDÊNCIA DA AÇÃO** - PRODUZ UM EFEITO DISPOSITIVO, QUANDO O BEM É RECONHECIDO COMO PERTENCENTE À ESFERA JURÍDICA DO AUTOR E UM EFEITO VINCULATIVO, QUANDO O RÉU FICA VINCULADO A UMA OBRIGAÇÃO OU SUJEITO A UMA MUDANÇA NA SUA SITUAÇÃO JURÍDICA

PLURALIDADE DAS PARTES

OU **LITISCONSÓRCIO** - QUANDO OS PROCESSO TEM MAIS DE DUAS PARTES

MODALIDADES: LITISCONSÓRCIO ≠ COLIGAÇÃO + INICIAL ≠ SUCESSIVO + SIMPLES ≠ RECÍPROCO (MATERIAL OU FORMAL) + HORIZONTAL ≠ SUBSIDIÁRIO + VOLUNTÁRIO ≠ NECESSÁRIO + PARCIÁRIO ≠ UNITÁRIO

PELOS OU CONTRA OS VÁRIOS LITISCONSORTES PODE SER FORMULADO UM ÚNICO PEDIDO OU VÁRIOS PEDIDOS (32 A 35 + 39)

LITISCONSÓRCIO - QUANDO EXISTE UMA PLURALIDADE DE PEDIDOS, OS LITISCONSORTES FORMULAM OS MESMOS PEDIDOS OU OS MESMOS PEDIDOS SÃO FORMULADOS CONTRA LITISCONSORTES - A/B → C

≠ **COLIGAÇÃO** - HÁ SEMPRE UMA PLURALIDADE DE PEDIDOS E CADA UM DESSES É FORMULADO POR OU CONTRA PARTES DISTINTAS - D → E → F

INICIAL - O LITISCONSÓRCIO SE VERIFICA LOGO DESDE O INÍCIO DO PROCESSO

≠

SUCESSIVO - O LITISCONSÓRCIO VERIFICA-SE A PARTIR DE UM MOMENTO POSTERIOR A MARCHA DO PROCESSO. RESULTA DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO

MATERIAL: CONTINUA A HAVER AUTOR OU AUTORES E RÉU E RÉUS

AUTOR
D → E/F
RÉUS

FORMAL: O LITISCONSÓRCIO EXCEDE O QUADRO AUTOR-RÉU, COMO É O CASO DA APARENTE NO INCIDENTE DE OPOSIÇÃO

VOLUNTÁRIO - EXISTE UMA PLURALIDADE DE PARTES PRINCIPAIS PORQUE A LEI O PERMITE. VIGORA O PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DOS LITISCONSORTES - LEGITIMIDADE CONCORRENTE - 32/2

≠

NECESSÁRIO - EXISTE UMA PLURALIDADE DE PARTES PORQUE A LEI, O CONTRATO OU O EFEITO ÚTIL DA AÇÃO O IMPÕE. VIGORA A INTERDEPENDÊNCIA DOS LITISCONSORTES A PROPOSIÇÃO DE UMA AÇÃO EM LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO É UM ÔNUS

SIMPLES - AUMENTANDO O NÚMERO DE PARTES, NÃO AUMENTA O NÚMERO DE OPOSIÇÕES

- ATIVO: MAIS UM DEMANDANTE
- PASSIVO: MAIS UM DEMANDADO
- MISTO: MAIS UM DEMANDANTE E DEMANDADO

A/B → C/D
A/B/C → C/D

PODEM TODOS SER REPRESENTADOS PELO MESMO REPRESENTANTE/HANDATÁRIO

≠

RECÍPROCO - EXISTE MAIS DO QUE UMA OPOSIÇÃO ENTRE AS PARTES E, POR ISSO, O PROCESSO É MULTIPOLAR, O TERCEIRO APARENTE COLOCAR-SE NA POSIÇÃO DO Opositor quer de A, que de B. HÁ TRÊS PARTES (ESTE EXEMPLO É LITISCONSÓRCIO SUCESSIVO) TAMBÉM PODE HAVER INICIAL: D → E/F

A → B
C → A
→ B

NESTA NÃO

PARCIÁRIO - A DECISÃO DA CAUSA PODE SER DISTINTO PARA CADA UM DOS LITISCONSORTES

≠

UNITÁRIO - A DECISÃO TEM DE SER UNIFORME PARA TODOS OS LITISCONSORTES. 311, 313/1, 314, 316/1, 318/1/A, 261/1

SANÁVEL

A CONSEQUÊNCIA DA VIOLAÇÃO DESSE ÔNUS É A ABSOLVIÇÃO DA INSTÂNCIA POR ILEGITIMIDADE

NÃO É UMA CONSAGRAÇÃO EXPRESSAM MAS RETIRA-SE DAQUI

33/2 E 3

LITISCONSÓRCIO CONJUGAL (ATIVO E PASSIVO)

ATIVO (34/1) - DEVEM SER PROPOSTAS POR AMBOS OS CÔNJUGES OU POR UM DELES, COM O CONSENTIMENTO DO OUTRO, AS OPÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO (AÇÕES PATRIMONIAIS)

AÇÕES PESSOAIS (DIVÓRCIO OU AÇÃO DE FILIAÇÃO) CADA UM DOS CÔNJUGES TEM LEGITIMIDADE PARA AS INTENTAR SOZINHO
BENS PRÓPRIOS - CADA CÔNJUGE ADMINISTRA E ALIENA LIVREMENTE (EXCEÇÕES)

BENS COMUNS - HÁ QUE DISTINGUIR

- ADMINISTRADOS POR UM SÓ CÔNJUGE (1678/2/B) - E)) - O REGIME É IGUAL AO DOS BENS PRÓPRIOS
- ADMINISTRADOS POR AMBOS OS CÔNJUGES - ADMINISTRAÇÃO ORDINÁRIA (PROPOSTA POR QUALQUER UM, PÕE EM CAUSA A UTILIZAÇÃO JURÍDICA DO BEM - AÇÕES DE RESTITUIÇÃO) E DISPOSIÇÃO EM QUE OS DOIS OU UM COM CONSENTIMENTO DO OUTRO PONDO EM CAUSA A TITULARIDADE - AÇÃO DE REINVIDAÇÃO

PASSIVO (34/3) DISTINGUE-SE:

DÍVIDAS INCOMUNICÁVEIS - AQUELAS QUE SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO CÔNJUGE A QUE RESPEITAM (1692 E 1693), RESPONDEM OS BENS PRÓPRIOS DO CÔNJUGE DEVEDOR (1696/1). EXCEÇÃO - 1696/2

DÍVIDAS COMUNICÁVEIS - RESPONSABILIDADE DE AMBOS (1691 E 1694), 1695/1 (CONDENADOS QUALQUER UM DELES), AMBOS OS CÔNJUGES RESPONDEM OS BENS COMUNS E NA SUA FALTA OS BENS PRÓPRIOS DE QUALQUER UM DELES. EXCEÇÕES: 1696/2/A, B) E C)

DEVEM ESTAR AMBOS COMO RÉUS NOS TRÊS CASOS DO 34/3 - SE AQUI NÃO FOR DEMANDADO É PARTE ILEGÍTIMA PORQUE HÁ LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO